

**Santa Casa
da
Misericórdia de Tentúgal**



Relatório e Contas 2018

Índice

➤ Relatório e Contas 2018	3
➤ Súmula Histórica	3
➤ Órgãos Sociais	4
➤ Respostas Sociais / Serviços Prestados	5
ERPI.....	5
Centro de Dia.....	6
Apoio Domiciliário.....	6
Cantina Social.....	7
Loja Social.....	7
Parque de Ajudas Técnicas.....	7
POAPMC	7
Refeições Sociais.....	8
Formação – capacitação para Inclusão.....	8
➤ Recursos Humanos a 31 de dezembro de 2018	8
○ Tabela 1.....	8
➤ Análise Económico-Financeira	9
➤ Dívidas à Autoridade Tributária e Aduaneira e à Segurança Social	9
▪ Gráfico 1 – Gastos.....	10
▪ Gráfico 2 – Rendimentos.....	10
➤ Proposta de Aplicação de Resultados	11
➤ Mensagem da Senhora Provedora	11
➤ Demonstrações Financeiras	13

Relatório e contas 2018

Prezados Irmãos e Irmãs,

Compete-nos apresentar à Assembleia-Geral o Relatório e Contas de Gerência do ano 2018, para que se verifique a discussão e votação conforme estipulam os Estatutos da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Tentúgal.

Com o presente relatório, iremos focar os aspectos que tiveram maior relevância para a Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Tentúgal, durante o exercício de 2018.

Súmula Histórica

No séc. XVI, Tentúgal era sem dúvida uma das terras mais promissoras do vale do Mondego, pois tinha grande densidade populacional e grande desenvolvimento socioeconómico e cultural. Na época, já existia uma Confraria medieval, de S. Pedro e S. Domingos, para prestar assistência médica aos mais pobres.

Esta Confraria medieval era sustentada pelos que tinham terras de cultivo e, portanto, mais poder económico. Mas no séc. XV e XVI houve peste e maus anos agrícolas, o que originou grandes fomes e grande mortandade. Em consequência, aquela Confraria entrou em colapso económico e paralisou. Então, os nobres aqui residentes solicitaram, ao Rei D. Sebastião, o privilégio de se criar aqui uma Misericórdia para socorro dos mais desfavorecidos.

Entretanto, o jovem Rei morreu sem deixar descendentes, o que originou uma grave crise política, com guerra entre os pretendentes à coroa do Reino de Portugal. Por esse motivo, só em 1583 é que D. Filipe II de Espanha, recém aclamado Rei de Portugal, extinguiu a Confraria de S. Pedro e S. Domingos e instituiu em Tentúgal uma Misericórdia.

Na década de oitenta o Sr. Pe José Gonçalves em conjunto com alguns elementos da Irmandade e o apoio da Cáritas Diocesana, revitalizaram a Misericórdia criando os serviços de Centro de Dia e de Apoio Domiciliário, dando assim assistência à população idosa da freguesia de Tentúgal e lugares limítrofes. Já no final do séc. XX, a Misericórdia recebeu, por doação de Adrião Forjaz de Sampaio, o edifício do antigo Solar da família Viegas de Moraes para aí instalar a Valência de Lar.

Hoje a Misericórdia de Tentúgal continua a prestar apoio à Anciania e a todos os que precisam de ajuda e é uma mais valia no tecido organizacional de Tentúgal, pois é uma pequena organização que garante emprego a cerca de vinte e cinco colaboradoras e dá suporte e apoio às famílias que pedem ajuda para garantir o bem-estar dos seus Idosos.

Órgãos Sociais

Os órgãos directivos, no ano de 2018, são constituídos por 8 membros da Mesa Administrativa, 6 membros do conselho Fiscal e 5 membros da Mesa da Assembleia-Geral.

Os órgãos directivos não usufruem de qualquer remuneração.

Estes têm a seguinte composição:

- **Mesa Administrativa:**

- Provedor: Euclides da Cunha Santiago de Almeida
- Vice-Provedor: António dos Santos Machado
- Secretário: António Ângelo Fernandes Monteiro
- Vice-Secretário: Carlos dos Santos Carreiras Faria
- Tesoureiro: Carlos Gomes Tubarão
- Vogais:
 - António dos Santos Gaspar
 - Luís Carlos Monteiro da Costa
- Suplentes:
 - António Manuel Mendes Batista

- **Conselho Fiscal:**

- Presidente: Abel Monteiro Faria
- Secretários:
 - Mário Mendes Garrote
 - Daniel Craveiro Garrote
- Suplentes:
 - Pedro Luís Mendes Nunes
 - Maria José Santos Saraiva de Sousa
 - Eduarda Chaves Pinto Gaspar

- **Mesa da Assembleia-Geral:**

- Presidente: António Gonçalves Honório Monteiro
- Secretário:
 - António Manuel Gaspar Machado
 - Armando Nunes Gaspar
- Suplentes:
 - Armando Ribeiro Tinoco
 - Carlos Augusto da Silva Alves

Respostas Sociais / Serviços Prestados

A **ERPI** constitui uma resposta social desenvolvida em alojamento coletivo, de utilização temporária ou permanente, em que são desenvolvidas atividades de apoio social e prestados cuidados de enfermagem. Tem por missão ser uma “casa de família” dos seus utentes, que, necessitam de assistência e apoio, contribuindo para a estabilização, autonomia ou estimulação do envelhecimento ativo e integração social.

Serviços Prestados em ERPI:

- Alojamento;
- Alimentação – Pequeno-Almoço, Almoço, Lanche, Jantar e Ceia;
- Higiene Pessoal;
- Conforto Pessoal;
- Tratamento de Roupas;
- Acompanhamento ao Exterior;
- Apoio/Acompanhamento Social e Psicológico;
- Acompanhamento Médico;
- Tratamentos de Enfermagem;
- Terapia Ocupacional e Animação.

Centro de Dia é a resposta social destinada a pessoas idosas de ambos os sexos que proporciona, em horário diurno, um conjunto diversificado de serviços e atividades de desenvolvimento pessoal, tendentes ao bem-estar do utente e ao seu equilíbrio emocional e físico e de apoio à respetiva família. A missão desta resposta social obedece a uma estratégia de respeito pelos imperativos legais em vigor e pelos direitos do Utente como pessoa, e enquanto ser biopsicossocial e espiritual dotado de dignidade e direitos, cuja relação assenta num compromisso com a qualidade e os mais elevados padrões éticos.

Serviços Prestados em Centro de Dia:

- Pequeno-Almoço, Almoço, Lanche;
- Higiene Pessoal;
- Tratamento de Roupas;
- Acompanhamento ao Exterior;
- Apoio/Acompanhamento Social e Psicológico;
- Acompanhamento Médico;
- Tratamentos de Enfermagem;
- Terapia Ocupacional.

O **SAD** é uma resposta social, que consiste na prestação de cuidados e serviços individualizados e personalizados no domicílio das pessoas quando, por motivo de doença, deficiência, idade, ou outro impedimento, não possam assegurar temporária ou permanentemente a satisfação das suas necessidades básicas e/ou atividades da vida diária. A missão desta resposta social obedece a uma estratégia de respeito pelos imperativos legais em vigor e pelos direitos do Utente como pessoa, e enquanto ser biopsicossocial e espiritual dotado de dignidade e direitos, cuja relação assenta num compromisso com a qualidade e os mais elevados padrões éticos.

Serviços Prestados em Apoio Domiciliário:

- Confeção e Distribuição de Refeições – (Pequeno-Almoço, Almoço);
- Higiene Pessoal;
- Higiene Habitacional;
- Tratamento de Roupas;
- Apoio/Acompanhamento Social e Psicológico;
- Tratamentos de Enfermagem;
- Atividades Socioculturais.

Cantina Social

O serviço de Cantina Social está inserido num programa de Rede Solidária das Cantinas Sociais e constitui-se como uma resposta de intervenção no âmbito do Programa de Emergência Alimentar, que é coordenado pela Santa Casa da Misericórdia de Montemor-o-Velho.

A Cantina Social assegura uma refeição diária que é levada pelo beneficiário, para consumo no domicílio. Aos beneficiários deste apoio é sempre efetuado um estudo socioeconómico e familiar, através de uma intervenção social direta junto de cada família/individuo por parte da Direção Técnica da Santa Casa da Misericórdia de Tentugal.

Loja Social

A Instituição desenvolve um projecto designado por Loja Social, no sentido de criar condições que favoreçam o bem-estar da população local, nomeadamente, nas categorias sociais mais vulneráveis em situação de pobreza e exclusão social.

Este projeto funciona com troca de bens entre os utilizadores.

Parque de Ajudas Técnicas

Este projeto visa melhorar a qualidade de vida da população idosa e de pessoas com necessidades especiais, residentes na freguesia de Tentugal e concelho de Montemor-o-Velho.

Tem como objetivo preservar a autonomia e ligação aos espaços que lhes são necessários, pondo à sua disposição equipamento capaz de promover o estatuto do deficiente.

POAPMC – Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas

O POAPMC consiste na distribuição de géneros alimentares às pessoas mais carenciadas, por organizações parceiras, bem como o desenvolvimento de medidas de acompanhamento com vista à inclusão social daquelas.

A SCMT constituiu-se como entidade parceira da Santa Casa de Montemor o Velho neste programa.

Refeições Sociais

Foi assinado um Acordo de Cooperação entre a SCMT e o município de Montemor -o-Velho, em que o mesmo visa estabelecer os termos da parceria, de modo a garantir o acesso a refeições quentes para consumo no domicílio a indivíduos, ou agregados familiares, de estratos sociais mais desfavorecidos e em situação de emergência social deste concelho.

Formação – Capacitação Para a Inclusão

Em dezembro de 2018, a SCMT iniciou o projeto de Capacitação para a Inclusão, com o apoio do POISE. A Capacitação para a Inclusão consiste num tipo de formação do Programa Operacional Inclusão Social e Emprego, que tenciona promover a capacitação de grupos potencialmente vulneráveis.

Recursos Humanos a 31 de dezembro de 2018

Tabela 1:

<i>CATEGORIA PROFISSIONAL</i>	<i>NÚMERO DE COLABORADORES</i>
Ajudante de Lar e Centro de dia	12
Assistente Administrativa	1
Cozinheira	2
Enfermeira	1
Psicóloga	1(A 31/12 estava de licença)
Contabilista Certificada	1
Trabalhador de Serviços Gerais	3
Diretor Técnico do Estabelecimento	1
Animador Cultural	1
Contrato CEI+ (IEFP)	1

ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

No exercício económico em análise, a Santa Casa da Misericórdia de Tentúgal realizou um total de Rendimentos no valor de 468.942,51€ e de Gastos no valor de 498.203,53€, terminando o exercício de 2018 com um resultado líquido negativo de 29.261,02€.

As prestações de serviços em 2018 foram de 253.747,88€ face a 258.328,70€ em 2017, representando uma diminuição de 4.580,82€.

Os subsídios, doações e legados à exploração, em 2018, tiveram um aumento de 16.649,61€ em relação ao exercício de 2017. Outros rendimentos diminuíram 558,53€ e juros e rendimentos similares obtidos aumentaram 20,95€.

Relativamente aos Gastos, os custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas, diminuíram 1.182,62€. Os fornecimentos e serviços externos e os gastos com pessoal aumentaram em relação ao ano anterior, em 22.888,31€ e 4.730,04€, respetivamente. Outros gastos diminuíram em 5.493,30€

Quanto aos gastos/reversões de depreciação e amortização, houve uma diminuição de 461,54€

Os resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos foram de 20.488,73€, face a 29.920,90 € em 2017.

Os resultados operacionais (antes de gastos de financiamento e impostos) foram negativos em 30.745,68€ em 2017 e foram negativos de 21.775,05 € em 2017.

O resultado líquido do período de 2018 é negativo em 29.261,02€ e em 2017 foi negativo de 20.311,34 €.

Dívidas à Autoridade Tributária e Aduaneira e à Segurança Social

A Santa Casa da Misericórdia de Tentúgal não tem em mora qualquer dívida à Autoridade Tributária e Aduaneira, à Segurança Social, nem a quaisquer outras entidades públicas ou privadas.

Gráfico 1 – Gastos

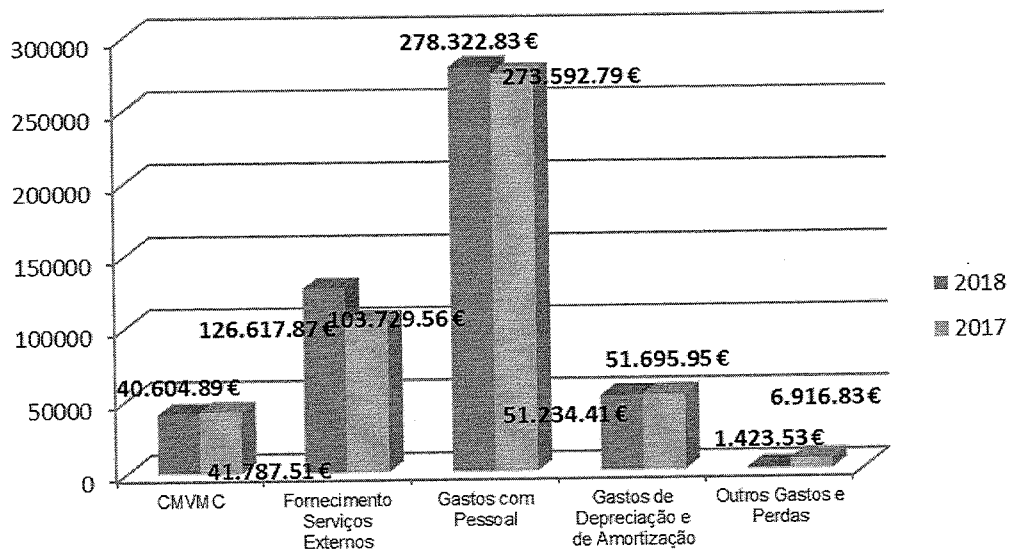
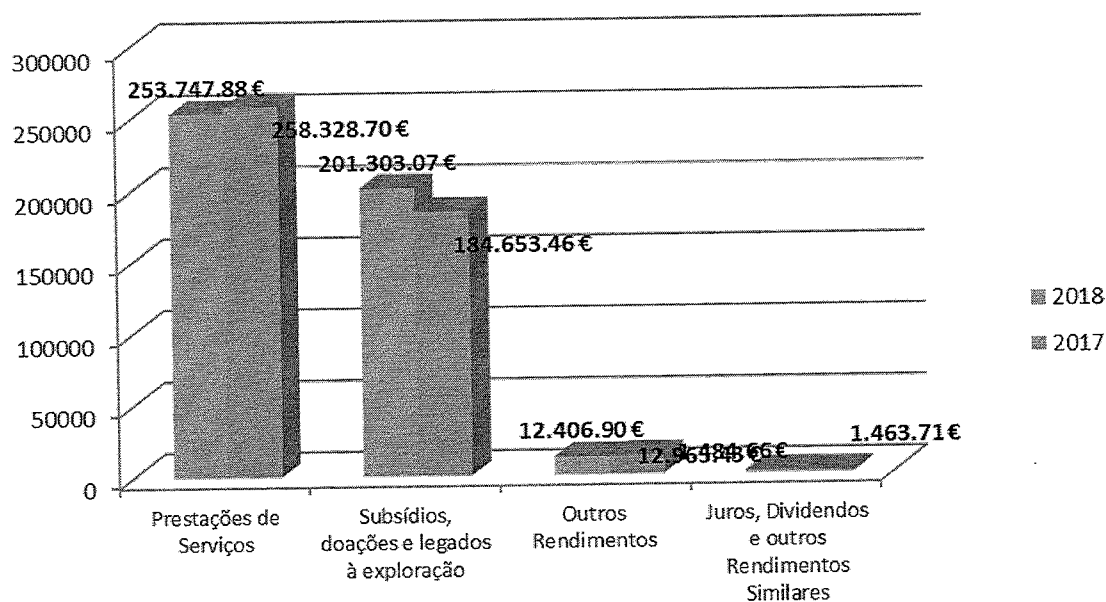


Gráfico 2 – Rendimentos



PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

De acordo com as demonstrações financeiras apresentadas para o período de 2018, a Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Tentugal propõe que o resultado líquido negativo de 29.261,02€, seja transferido para a conta 56 – Resultados Transitados

MENSAGEM DA SENHORA PROVEDORA

Em nome da Mesa Administrativa da Provedoria de 2019 a 2022, saúdo todos os Irmãos que vieram a esta primeira reunião semestral.

Cuidar de pessoas é o desafio de todas as Misericórdias e todas se debatem com dois problemas:

- o envelhecimento das pessoas e a sustentabilidade da Santa Casa.

O envelhecimento, porque as pessoas agora vivem mais tempo e são portadoras de doenças de evolução prolongada e com elevado grau de incapacidade, como o cancro, as doenças crónicas e as demências.

Ao perder autonomia, a pessoa idosa necessita de mais cuidados básicos e por isso, é necessário investir mais na saúde e na formação dos colaboradores, implementando o trabalho de equipa porque, no meu entender, é necessário “bem-estar, para bem-cuidar”, de forma a minimizar situações de desgaste do cuidador formal, como já tem acontecido nos nossos serviços.

A formação é necessária para que o cuidador, com o seu agir, possa criar no idoso um sentimento de utilidade, ao promover valores em saúde, autonomia e independência, estimulando as capacidades de mobilidade do idoso e a sua autoestima e dignidade.

Mas vivemos tempos de mudança, e temos pela frente novos desafios que o envelhecimento e a sustentabilidade da nossa gestão nos colocam diariamente e nos impõem uma reflexão, que nos leva a promover formas de trabalho e trocas de ideias, de modo a criar uma estratégia capaz de produzir uma mudança, não perdendo de vista o nosso compromisso com as pessoas que ajudamos, e com o Estado, na utilização dos recursos públicos.

Mas nem só de pão vive o Homem e sem dúvida que as pessoas são importantes, pois fazem parte da história da nossa vida, no entanto, a história de um povo também se faz com o seu património, e a nossa Misericórdia tem edifícios de elevado valor arquitectónico que precisam urgentemente de ser preservados e valorizados, de modo a captar visitantes nacionais e estrangeiros.

Segundo o último estudo que foi feito, o Retábulo quinhentista da nossa igreja da Misericórdia está em risco de ruir, porque está a soltar-se da parede testeira e se cair perde-se irremediavelmente.

Neste ponto, o grande desafio é a sustentabilidade financeira deste projeto e, por esse motivo, estamos neste momento a fazer a candidatura ao Fundo Rainha Dona Leonor, de modo a promover o restauro da Igreja da nossa Misericórdia. Esse restauro está orçamentado em cerca de trezentos mil euros, dinheiro que a Misericórdia não tem e que o Fundo não cobre na totalidade. Por esse motivo, estamos a procurar outras vias de financiamento, recorrendo ao Mecenato e a uma nova modalidade de financiamento a lançar nas redes sociais, que é o chamado Crowdfunding, onde as pessoas vão doando dinheiro, até atingirem um determinado montante. Se o valor proposto for atingido, a Misericórdia ganha, se não for atingido no período previsto o dinheiro é devolvido às pessoas. Vamos ver se conseguimos concretizar os nossos objetivos com rigor e perseverança, porque como bem dizia o poeta António Gedeão “é o sonho que comanda a vida”.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Santa Casa da Misericórdia de Tentúgal
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Contribuint : 501431764
Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	Datas	
		31-dez-18	31-dez-17
ACTIVO			
Activo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	3.2.1 e 5	406 182,33	341 186,21
Bens do património histórico e artístico e cultural	3.2.2 e 5	175 230,00	0,00
Ativos intangíveis	3.2.4 e 6	955,77	192,71
Investimentos financeiros	3.2.5 e 17.1	833,86	495,18
		583 201,96	341 874,10
Activo corrente			
Inventários	3.2.6 e 9	1 182,94	1 264,81
Créditos a receber	17.3	25 281,86	22 200,99
Estado e outros entes públicos	17.9	1 781,57	4 544,20
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	17.2	874,00	1 134,00
Diferimentos	17.5	3 850,41	3 605,58
Outros ativos correntes	17.4	145 068,48	1 870,93
Caixa e depósitos bancários	17.6	155 142,44	147 427,95
		333 181,70	182 048,46
Total do ativo		916 383,66	523 922,56
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Resultados transitados	17.7	470 523,15	490 834,49
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	17.7	278 957,23	0,00
		749 480,38	490 834,49
Resultado líquido do período		-29 261,02	-20 311,34
Total dos fundos patrimoniais		720 219,36	470 523,15
Passivo			
Passivo não corrente			
Passivo corrente			
Fornecedores	17.8	21 974,37	4 994,99
Estado e outros entes públicos	17.9	6 133,71	6 456,48
Diferimentos	17.5	123 243,88	1 546,61
Outros passivos correntes	17.10	44 812,34	40 401,33
		196 164,30	53 399,41
Total do passivo		196 164,30	53 399,41
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		916 383,66	523 922,56

A Direção

A Contabilista

Santa Casa da Misericórdia de Tentúgal

Contribuinte : 501431764

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Moeda : EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2 018	2 017
Vendas e serviços prestados	10	253 747,88	258 328,70
Subsídios, doações e legados à exploração	12 e 17.11	201 303,07	184 653,46
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	9	40 604,89	41 787,51
Fornecimentos e serviços externos	17.12	126 617,87	103 729,56
Gastos com o pessoal	15	278 322,83	273 592,79
Outros rendimentos	17.13	12 406,90	12 965,43
Outros gastos	17.14	1 423,53	6 916,83
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		20 488,73	29 920,90
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5 e 6	51 234,41	51 695,95
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-30 745,68	-21 775,05
Juros e rendimentos similares obtidos	17.15	1 484,66	1 463,71
Resultados antes de impostos		-29 261,02	-20 311,34
Resultado líquido do período		-29 261,02	-20 311,34

A Direção

A Contabilista

Santa Casa da Misericórdia de Tentúgal
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2018	2017
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de Clientes e Utentes		248 704,47	250 267,87
Pagamentos a fornecedores		153 747,15	145 553,29
Pagamentos ao pessoal		187 963,13	183 552,78
Caixa gerada pelas operações		-93 005,81	-78 838,20
Outros recebimentos/pagamentos		107 551,33	107 801,53
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		14 545,52	28 963,33
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		7 026,65	46 692,68
Activos intangíveis		1 289,04	289,05
Outros activos		99,76	0,00
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		0,00	2 000,00
Juros e rendimentos similares		1 484,66	1 463,71
Dividendos		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		-6 930,79	-43 518,02
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Pagamentos respeitantes a:			
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		0,00	0,00
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)			
Efeito das diferenças de câmbio		7 614,73	-14 554,69
Caixa e seus equivalentes no início do período	17.6	0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no fim do período		147 527,71	161 982,64
		155 142,44	147 427,95

A Direcção

A Contabilista

Santa Casa da Misericórdia de Tentúgal

Anexo

Março de 2019

Índice

1	Identificação da Entidade	4
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	5
3	Principais Políticas Contabilísticas	5
3.1	Bases de Apresentação	5
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	7
4	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:	11
5	Ativos Fixos Tangíveis	12
6	Ativos Intangíveis	13
7	Locações	14
8	Custos de Empréstimos Obtidos	14
9	Inventários	14
10	Rédito	15
11	Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	15
12	Subsídios do Governo e apoios do Governo	16
13	Efeitos de alterações em taxas de câmbio	16
14	Imposto sobre o Rendimento	16
15	Benefícios dos empregados	16
16	Divulgações exigidas por outros diplomas legais	17
17	Outras Informações	17
17.1	Investimentos Financeiros	18
17.2	Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	18
17.3	Créditos a receber	19
17.4	Outros ativos correntes	19
17.5	Diferimentos	20
17.6	Caixa e Depósitos Bancários	20
17.7	Fundos Patrimoniais	21
17.8	Fornecedores	21
17.9	Estado e Outros Entes Públicos	21
17.10	Outros passivos correntes	22
17.11	Subsídios, doações e legados à exploração	22
17.12	Fornecimentos e serviços externos	22
17.13	Outros rendimentos	23
17.14	Outros gastos	23

17.15 Resultados Financeiros	23
17.16 Acontecimentos após data de Balanço	24

1 Identificação da Entidade

A Santa Casa da Misericórdia de Tentúgal é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de Irmandade, com sede em Rua Dr. Armando Gonsalves, nº83, 3140-574 Tentúgal, concelho de Montemor-o-Velho.

Está registada como Instituição Particular de Solidariedade Social na Direção Geral da Segurança Social, no Livro nº 1 das Irmandades da Misericórdia, sob o nº 3/85, a fls. 187 Verso e 188. É reconhecida de utilidade pública, nos termos do artº. 8º do Estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social, aprovado pelo Decreto-Lei nº119/83, de 25 de Fevereiro.

A Instituição tem como atividade prosseguir os objetivos definidos no nº1, do artigo 3º do seu Compromisso:

- “Apoio à infância e juventude, designadamente a crianças e jovens em perigo;
- Apoio às pessoas idosas, às pessoas com deficiência e incapacidade, às pessoas em situação de necessidade ou de dependência, sem-abrigo e a vítimas de violência doméstica;
- Apoio à família e comunidade em geral;
- Apoio à integração social e comunitária;
- Promoção da saúde, prevenção da doença e prestação de cuidados na perspetiva curativa, de reabilitação e reintegração, designadamente através da criação, exploração e manutenção de hospitais, unidades de cuidados continuados e paliativos, serviços de diagnóstico e terapêutica, cuidados primários de saúde e tratamentos de doenças do foro mental ou psiquiátrico e de demências, bem como aquisição e fornecimento de medicamentos e assistência medicamentosa;
- Salvaguarda e defesa do património cultural e artístico, material e imaterial, religioso ou não;
- Promoção da educação, da formação profissional e da igualdade de homens e mulheres;
- Habitação e turismo social;
- Empreendedorismo e outras respostas e serviços não incluídos nas alíneas precedentes, desde que enquadráveis no âmbito da economia social, isto é, desde que contribuam para a efetivação dos direitos sociais dos cidadãos e para a sustentabilidade da instituição;
- Atividade agrícola.”

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2018 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março, com as alterações contempladas pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho. O Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Setor Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF);
- Código de Contas (CC);
- NCRF-ESNL; e
- Normas Interpretativas (NI).

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social) para este normativo é 1 de janeiro de 2011.

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura

conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.3 Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes

3.1.4 Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5 Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6 Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo é de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	
Edifícios e outras construções	20-50
Equipamento básico	10-8-7-5-4
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	8-7-5-3
Outros Ativos fixos tangíveis	8-7-5

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”.

3.2.2 Bens do património histórico e cultural

Os “Bens do património histórico e cultural” encontram-se valorizados pelo seu custo histórico. Os bens que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados

ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador.

O justo valor é aplicável aos bens, que inicialmente foram adquiridos a título oneroso, sejam contabilizados pela primeira vez e seja impossível estabelecer o seu custo histórico devido à perda desses dados. Esta mensuração também efetuada para os bens cujo valor de transação careça de relevância devido ao tempo transcorrido desde a sua aquisição ou devido às circunstâncias que a rodearam.

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta “Variações nos fundos patrimoniais”
As obras realizadas nestes bens só são consideradas como ativos se e somente se gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua vida útil. Sempre que estes acréscimos não se verificarem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período.

Os bens que são incorporados nas instalações ou elementos com uma vida útil diferente do resto do bem. Estes têm um tratamento contabilístico diferente do bem o qual são incorporados, estando registado numa conta com denominação adequada dentro do ativo. São exemplo destas incorporações: sistema de ar condicionado, iluminação, elevadores, sistemas de segurança, sistemas de anti-incêndio.

Visto não ser passível de se apreciar com o mínimo de segurança a vida útil concreta destes bens, estes não são depreciáveis. No entanto a entidade tem em conta a capacidade de gerarem benefícios económicos futuros e os meios técnicos necessários para a conservação e manutenção.

As incorporações a estes bens são depreciáveis, sendo calculadas assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

3.2.3 Propriedades de Investimento

Não aplicável

3.2.4 Ativos Intangíveis

Os “Activos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas

quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, assim que os activos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha recta/do saldo decrescente em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Projectos de Desenvolvimento	
Programas de Computador	3
Propriedade Industrial	
Outros Activos Intangíveis	

O valor residual de um “Activo Intangível” com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, excepto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o activo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado activo para este activo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

3.2.5 Investimentos financeiros

Os Investimentos Financeiros encontram-se valorizados ao custo de aquisição.

3.2.6 Inventários

Os “Inventários” estão registados ao custo de aquisição, acrescido de despesas associadas.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o FIFO (first in, first out).

3.2.7 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção de:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;

- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:

- Alterações no risco segurado;
- Alterações na taxa de câmbio;
- Entrada em incumprimento de uma das partes;
- Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como

resultado:

- Alterações no preço do bem locado;
- Alterações na taxa de câmbio; e
- Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Créditos a receber e outros ativos correntes

Os “créditos a receber” e os “Outros ativos correntes” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das possíveis Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outros passivos correntes

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outros passivos correntes” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.8 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

3.2.9 Provisões

Não aplicável.

3.2.10 Financiamentos Obtidos

Não aplicável.

3.2.11 Estado e Outros Entes Públicos

Valor a pagar em janeiro, referente a Contribuições para a Segurança Social, Retenção de impostos sobre rendimentos e Fundos de Compensação do Trabalho e Fundo de Garantia de Compensação do Trabalho.

4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5 Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2017 e de 2018, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2017					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo						
Terrenos e recursos naturais	50 173,87					50 173,87
Edifícios e outras construções	622 011,91			11 517,56		633 529,47
Equipamento básico	154 023,09	14 394,80				168 417,89
Equipamento de transporte	101 844,25		-17 105,92			84 738,33
Equipamento administrativo	30 497,82	1 857,02				32 354,84
Outros Ativos fixos tangíveis	8 199,84	810,00				9 009,84
Total	966 750,78	17 061,82	-17 105,92	11 517,56	0,00	978 224,24
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	375 696,48	30 258,73				405 955,21
Equipamento básico	131 786,17	7 096,62				138 882,79
Equipamento de transporte	78 861,25	11.491,50	-17 105,92			73 246,83
Equipamento administrativo	29 107,26	993,48				30 100,74
Outros Ativos fixos tangíveis	4 729,30	1 759,28				6 488,58
Total	620 180,46	51 599,61	-17 105,92	0,00	0,00	654 674,15

Descrição	2018					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo						
Terrenos e recursos naturais	50 173,87	69 911,84				120 085,71
Edifícios e outras construções	633 529,47	34 505,50				668 034,97
Equipamento básico	168 417,89	5 045,38				173 463,27
Equipamento de transporte	84 738,33					84 738,33
Equipamento administrativo	32 354,84					32 354,84
Outros Ativos fixos tangíveis	9009,84	4 346,33				13 356,17
Total	978 224,24	113 809,05	0,00	0,00	0,00	1 092 033,29
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	405 955,21	30 948,84				436 904,05
Equipamento básico	138 882,79	6 080,38				144 963,17
Equipamento de transporte	73 246,83	11 491,50				84 738,33
Equipamento administrativo	30 100,74	703,88				30 804,62

Outros Ativos fixos tangíveis	6 488,58	1 483,83				7 972,41
Total	654 674,15	50 708,43	0,00	0,00	0,00	705 382,58

Existe uma obra em curso, no Edifício nº80, no valor de 19 531,62€

No período de 2018, ocorreram os seguintes movimentos nos "Bens do património, histórico, artístico e cultural":

Descrição	2018					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo	0,00					
Bens Imóveis	0,00	175 230,00				175 230,00
Arquivos	0,00					0,00
Bibliotecas	0,00					0,00
Museus	0,00					0,00
Bens móveis	0,00					0,00
Total	0,00	175 230,00	0,00	0,00	0,00	175 230,00

O imóvel deu entrada na Instituição a título gratuito, por usucapião.

6 Ativos Intangíveis

Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2017 e de 2018, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2017					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo						
Goodwill	0,00					0,00
Projectos de Desenvolvimento	0,00					0,00
Programas de Computador	2.876,03	289,05				3.165,08
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Activos intangíveis	0,00					0,00
Total	2.876,03	289,05	0,00	0,00	0,00	3.165,08
Depreciações acumuladas						
Goodwill	0,00					0,00
Projectos de Desenvolvimento	0,00					0,00

Programas de Computador	2 876,03	96,34				2 972,37
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Activos intangíveis	0,00					0,00
Total	2.876,03	96,34	0,00	0,00	0,00	2.972,37

2018

Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Goodwill	0,00					0,00
Projectos de Desenvolvimento	0,00					0,00
Programas de Computador	3 165,08	1.289,04				4.454,12
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Activos intangíveis	0,00					0,00
Total	3 165,08	1.289,04	0,00	0,00	0,00	4.454,12
Depreciações acumuladas						
Goodwill	0,00					0,00
Projectos de Desenvolvimento	0,00					0,00
Programas de Computador	2.972,37	525,98				3.498,35
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Activos intangíveis	0,00					0,00
Total	2.972,37	525,98	0,00	0,00	0,00	3.498,35

7 Locações

Não aplicável.

8 Custos de Empréstimos Obtidos

Não aplicável

9 Inventários

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	2017			2018			
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	1 049,42	42 032,87	0,00	1 264,81	40 589,77	0,00	1 182,94
Produtos acabados e intermédios	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Total	1 049,42	42 032,87	0,00	1 264,81	40 589,77	0,00	1 182,94
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				41 787,51			40 604,89
Variações nos inventários da produção				0,00			0,00

10 Rédito

Para os períodos de 2018 e 2017 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2018	2017
Vendas	0,00	0,00
Prestação de Serviços		
Quotas de utilizadores	248 275,38	245 671,20
Quotas e joias	1 560,00	1 460,00
Promoções para captação de recursos	0,00	0,00
Rendimentos de patrocinadores e colaborações	0,00	0,00
Juros	0,00	0,00
Royalties	0,00	0,00
Dívidos	0,00	0,00
Serviços secundários	3 912,50	11 197,50
Total	253 747,88	258 328,70

11 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Não aplicável.

12 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios, doações e legados à exploração:

Descrição	2018	2017
Subsídios das Entidades Públicas		
ISS, IP – CENTRO DISTRITAL	178 048,67	183.505,91
AUTARQUIAS	0,00	375,00
OUTROS (IEFP)	1 147,57	772,55
POISE	22 106,83	
Apoios do Governo		
Total	201 303,07	184 653,46

Nesta rubrica encontram-se reconhecidos os valores dos projetos a decorrer no ano de 2018, nomeadamente POAPMC/PAC e Formação de Capacitação para a Inclusão.

13 Efeitos de alterações em taxas de câmbio

Não aplicável

14 Imposto sobre o Rendimento

Não aplicável.

15 Benefícios dos empregados

Os órgãos diretivos, nos períodos de 2018 e 2017, foram constituídos por 9 membros da Mesa Administrativa, 6 do Conselho Fiscal e 6 membros da Assembleia Geral. De um período para outro não se verificou a substituição de órgãos diretivos.

A Mesa Administrativa em 2017 era constituída pelo Provedor: Euclides da Cunha Santiago de Almeida, Vice-Provedor: António dos Santos Machado, Secretário: António Ângelo Fernandes Monteiro, Vice-Secretário: Carlos dos Santos Carreiras Faria, Tesoureiro: Carlos Gomes Tubarão, Vogais: António dos Santos Gaspar e Luís Carlos Monteiro da Costa e Suplentes: António Manuel Mendes Batista e António Ângelo Fernandes Monteiro.

Em 2018 manteve-se os membros da Mesa Administrativa.

O Conselho Fiscal em 2017 era constituído pelo Presidente: Abel Monteiro Faria, Secretários: Mário Mendes Garrote e Daniel Craveiro Garrote, Suplentes: Pedro Luís Mendes Nunes, Maria José Santos Saraiva de Sousa e Eduarda Chaves Pinto Gaspar.

Em 2018 manteve-se os membros do Conselho Fiscal.

A Mesa da Assembleia Geral em 2017 era constituída pelo Presidente: António Gonçalves Honório Monteiro, Secretários: António Manuel Gaspar Machado e Armando Nunes Gaspar, Suplentes: Armando Ribeiro Tinoco e Carlos Augusto da Silva Alves

Em 2018 manteve-se os membros da Mesa da Assembleia Geral.

Os órgãos diretivos não usufruem de qualquer remuneração.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2018 foi de 23 e em 31/12/2017 foi de 24.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2018	2017
Remunerações ao pessoal	213 908,00	208 891,12
Remunerações adicionais	10 542,00	11 424,57
Benefícios Pós-Emprego	0,00	0,00
Indemnizações	0,00	227,88
Encargos sobre as Remunerações	49 371,56	48 950,96
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	2 489,90	2 587,52
Gastos de Ação Social	0,00	0,00
Outros Gastos com o Pessoal	2 011,37	1 510,74
Total	278 322,83	273 592,79

16 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas à Autoridade Tributária e Aduaneira em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Nos termos do artigo 210.º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados

17 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

17.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2018 e 2017, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2018	2017
Investimentos em subsidiárias	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos em associadas	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos em entidades conjuntamente controladas	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos noutras empresas	0,00	0,00
Outros investimentos financeiros	833,86	495,18
Perdas por Imparidade Acumuladas	0,00	0,00
Total	833,86	495,18

Os Investimentos Financeiros dizem respeito aos Fundos de Compensação do Trabalho.

17.2 Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

A 31 de dezembro de 2018 e 2017, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2018	2017
Ativo		
Fundadores/associados/membros - em curso	0,00	0,00
Doadores - em curso	0,00	0,00
Patrocinadores	0,00	0,00
Quotas	874,00	1 134,00
Financiamentos concedidos - Fundador/doador	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00
Perdas por imparidade	0,00	0,00
Total	874,00	1 134,00
Passivo		
Fundadores/associados/membros - em curso	0,00	0,00
Financiamentos obtidos - Fundador/doador	0,00	0,00
Resultados disponíveis	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00
Total	0,00	0,00

17.3 Créditos a receber

Para os períodos de 2018 e 2017 a rubrica “Créditos a receber” encontra-se desagregada da seguinte for:

Descrição	2018	2017
Cientes e Utentes c/c		
Cientes	0,00	0,00
Utentes	16 086,70	12 649,98
Cientes e Utentes títulos a receber		
Cientes		
Utentes	0,00	0,00
Cientes e Utentes factoring		
Cientes		
Utentes		
Cientes e Utentes cobrança duvidosa		
Cientes		
Utentes	9 195,16	9 551,01
Total	25 281,86	22 200,99

17.4 Outros ativos correntes

A rubrica “Outros ativos correntes” tinha, em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a seguinte decomposição:

Descrição	2018	2017
Remunerações a pagar ao pessoal	0,00	0,00
Adiantamentos ao pessoal	0,00	0,00
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	0,00	0,00
Devedores por acréscimos de rendimentos	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00
Outros Devedores	145 068,48	1 771,17
Perdas por Imparidade	0,00	0,00
Outros Instrumentos Financeiros (TVI - Televisão Independente, S.A)	0,00	99,76
Total	145 068,48	1 870,93

As demonstrações financeiras do ano de 2017, aprovadas pelos órgãos competentes, diferem das demonstrações financeiras do OCIP, nas rubricas de “outros ativos correntes” e “caixa e depósitos bancários”, devido ao valor registado em “Outros instrumentos financeiros” de 99,76€, que deveria de ter sido considerado na rubrica “Caixa e depósitos bancários” Este valor, corresponde a ações da TVI, que no ano de 2017 foi considerado pelo OCIP em saldo inicial de “caixa e seus equivalentes no início do período” na Demonstração de Fluxos de Caixa, assim como na rubrica de “Caixa e depósitos bancários” no Balanço.

O valor de “Outros instrumentos financeiros” foi anulado visto que, após consulta, conclui-se que mesmo tinha valor nulo. A situação foi apresentada em Assembleia Geral de Irmãos, que

votaram pela sua anulação, conforme ATA nº2 de 2018. Esta situação foi regularizada em 2018.

17.5 Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica “Diferimentos” (ativo e passivo) englobava os seguintes saldos:

Descrição	2018	2017
Gastos a Reconhecer		
Seguros	3 139,65	2 905,34
Rendas e Alugueres	205,90	205,90
Trabalhos especializados	55,35	353,66
Comunicações	90,15	96,56
Limpeza, higiene e conforto	43,36	44,12
Outras despesas	316,00	
Total	3 850,41	3 605,58
Rendimentos a Reconhecer		
IEFP	5 835,11	
FEAC - POAPMC	699,11	1 546,61
POISE . Capacitação para Inclusão	116 709,66	
Total	123 243,88	1 546,61

17.6 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2018 e 2017, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2018	2017
Caixa	1 212,21	1 108,60
Depósitos à ordem	23 309,35	20 720,89
Depósitos a prazo	130 620,88	125 598,46
Outros		
Total	155 142,44	147 427,95

Existe a diferença de 99.76€, na rubrica “Caixa e depósitos bancários”, relativamente ao ano de 2017, nas contas do OCIP e as contas aprovadas. Esta diferença está também descrita na Nota 17.4, deste anexo.

O valor corresponde a ações da TVI, que já não existem, e que não foram consideradas como “caixa e depósitos bancários”. O mesmo foi anulado em Assembleia Geral de Irmãos, conforme ATA nº2 de 2018.

No final deste documento vai um anexo a justificar a Demonstração dos fluxos de Caixa.

17.7 Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	0,00	0,00	0,00	0,00
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultados transitados	490 834,49	0,00	-20 311,34	470 523,15
Excedentes de revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	0,00	279 647,34	-690,11	278 957,23
Total	490 834,49	279 647,34	-21 001,45	749 480,38

17.8 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Fornecedores c/c	21 974,37	4 994,99
Fornecedores títulos a pagar	0,00	0,00
Fornecedores faturas em receção e conferência	0,00	0,00
Total	21 974,37	4 994,99

17.9 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	1 781,57	4 544,20
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
Total	1 781,57	4 544,20
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0,00	0,00
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	997,00	980,00
Segurança Social	5 103,53	5 449,83
Outros Impostos e Taxas	33,18	26,65
Total	6 133,71	6 456,48

17.10 Outros passivos correntes

A rubrica "Outros passivos correntes" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2018		2017	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal				
Remunerações a pagar		0,00		0,00
Cauções	0,00		0,00	
Outras operações		0,00		0,00
Perdas por imparidade acumuladas		0,00		0,00
Fornecedores de Investimentos		0,00		0,00
Credores por acréscimo de gastos		44 812,34		40 354,70
Outros credores				46,63
Total	0,00	44 812,34	0,00	40 401,33

17.11 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2018 e 2017, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2018	2017
Subsídios do Estado e outros entes públicos	201 303,07	184 653,46
Subsídios de outras entidades	0,00	0,00
Doações e heranças	0,00	0
Legados	0,00	0,00
Total	201 303,07	184 653,46

Os "Subsídios e Apoios do Governo" estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 12.

17.12 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, foi a seguinte:

Descrição	2018	2017
Subcontratos	0,00	0,00
Serviços especializados	46 799,60	28 665,99
Materiais	4 482,94	8 476,96
Energia e fluidos	37 161,93	32 326,41
Deslocações, estadas e transportes	111,60	204,47
Serviços diversos	33 949,60	32 131,71
Outros	4 112,20	1 924,02
Total	126 617,87	103 729,56

17.13 Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Rendimentos Suplementares	1 318,23	1 444,99
Descontos de pronto pagamento obtidos	35,98	127,85
Recuperação de dívidas a receber	697,68	0,00
Ganhos em inventários	0,00	0,00
Rendimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Rendimentos nos restantes ativos financeiros	0,01	0,30
Rendimentos em investimentos não financeiros	2400,00	2 000,00
Outros rendimentos	7 955,00	9 392,29
Total	12 406,90	12 965,43

17.14 Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Impostos	386,57	463,52
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,00	0,00
Incobráveis	507,50	5 660
Perdas em inventários	0,00	0,00
Gastos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Gastos nos restantes investimentos financeiros	0,01	0,00
Gastos em investimentos não financeiros	0,00	0,00
Outros Gastos	529,45	793,31
Total	1 423,53	6 916,83

17.15 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2018 e 2017 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2018	2017
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	0,00	0,00
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00
Outros gastos e perdas de financiamento	0,00	0,00
Total	0,00	0,00
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	1 484,66	1 463,71
Dividendos obtidos	0,00	0,00
Outros Rendimentos similares	0,00	0,00
Total	1 484,66	1 463,71
Resultados Financeiros	1 484,66	1 463,71

17.16 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2018.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Tentúgal, 28 de março de 2018

A Contabilista Certificada

A Direção
